

AMÉRICA LATINA: a luta social pelo público na crise estrutural do capital

Lucio Fernando Oliver Costilla

Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM)

AMÉRICA LATINA: a luta social pelo público na crise estrutural do capital

Resumo: O escrito sublinha a importância histórica da nova luta social pelo público nos países da América Latina. Enfatiza a importância da luta política e da estratégia dos movimentos populares da América Latina para que a construção do público não seja só assunto do Estado -em sentido estrito-, senão também das sociedades civis da região. A análise baseia-se numa revisão da situação atual da América Latina em que com os novos governos progressistas parece estar resurgindo um novo culto de massas ao Estado, a consequência do êxito das políticas econômicas e sociais. A compreensão crítica complexa do Estado capitalista é um assunto pendente das sociedades latino-americanas, e precisam resolve-lo não para abdicar da política mas para que a política seja o espaço real da constituição de uma nova força histórica popular que aprofunde a democracia participativa e contribuía para transformar radicalmente as relações sociais e políticas.

Palabras-chave: América Latina, movimentos sociais, governos progressistas, luta social pelo público, alternativas.

LATIN AMERICA: the social struggle for the public spaces and affairs at the structural crisis of capitalism

Abstract: This article highlights the historical importance of the new social struggle for public affairs and spaces in the countries of Latin America. It emphasizes the importance of political struggle and analyses the strategy of popular movements in Latin America, so that the construction of the public is not only subject of State – in strict sense, but also of civil societies in the region. The analysis is based on a review of the current situation in Latin America in which the new progressive governments seem to be taking back a new cult of masses of the State, the consequence of the success of economic and social policies. The complex critical understanding of the capitalist State is an unsolved issue in Latin American societies, and it must be resolved not to give up politics but to lead politics to be the real space of the constitution of a new historical force which deepens popular participative democracy and contributes to radically transform the social and political relations.

Key words: Latin America, social movements, progressive governments, social struggle for public affairs, alternatives.

Recebido em: 23.01.2010. Aprovado em: 16.06.2011.

1 INTRODUÇÃO

Neste escrito apresento uma abordagem teórica sobre a relação entre a atual crise estrutural do capital, a crise orgânica do Estado periférico latinoamericano e as lutas dos movimentos sociais da região na primeira década do século. O escrito sublinha a importância histórica da nova luta social pelo público nos países da América Latina e, enfatiza a importância da luta política e da estratégia dos movimentos populares da América Latina para que a construção do público - o projeto nacional, o espaço dos assuntos coletivos da sociedade não seja só assunto do Estado em sentido estrito, senão também das sociedades civis da região. Isto me parece particularmente importante numa revisão da situação atual da América Latina em que com os novos governos progressistas parece estar ressurgindo um novo culto de massas ao Estado, a consequência do êxito das políticas econômicas e sociais. Parece-nos fundamental lembrar que a compreensão crítica complexa do Estado capitalista é um assunto pendente das sociedades latinoamericanas, e precisam resolvê-lo não para abdicar da política mas para que a política seja o espaço real da constituição de uma nova força histórica popular que profunde a democracia participativa e contribua para transformar radicalmente as relações sociais e políticas. Como toda análise teórica, às vezes o nível de abstração é alto e parece distante da realidade cotidiana, embora esteja mais próxima de conhecer as múltiplas determinações da realidade, que muitas apreciações baseadas no senso comum.

2 CONSIDERAÇÕES RECENTES SOBRE A ATUAL CRISE DO CAPITAL

As periódicas e cada vez mais próximas crises financeiras e de pagamentos nos países periféricos (nos últimos anos (2008, 2011), também nos países centrais (EUA, União Europeia)), são decorrentes de uma crise mais profunda das relações sociais de produção e troca que abarcam o mundo todo. Por isso mesmo, não será com ajustes monetaristas e com empréstimos externos que as contradições que expressam serão resolvidas. Tampouco serão evitadas só com políticas para fomentar o crescimento do produto interno bruto. As saídas políticas baseadas em reformas

superficiais dos governos capitalistas para superá-las são a incubação de crises mais graves que seguirão se apresentando.

A relação de capital, como relação social orgânica abarcadora, domina o mundo todo há mais de um século: “o capital é a potência econômica que o domina todo, na sociedade moderna”. (MARX, 1971, p.28). Desde o ano em que Marx escreveu essa conclusão nos famosos “Grundrisse”, até hoje, esse domínio do capital tem-se acrescentado sem cessar a despeito da existência de grandes eventos mundiais que alertaram ao mundo sobre seus efeitos: crises, guerras e instabilidade resultante de ditaduras e fluxos de luta política de massas tanto nos países centrais como nos periféricos. O capitalismo histórico das nossas sociedades latino-americanas é forma dessa relação social moderna, concreção histórica que implica estímulos, limitações e obstáculos para o desenvolvimento social livre e igualitário das sociedades e dos indivíduos. As múltiplas e diversas contradições e conflitos decorrentes dessa relação social são cada vez mais amplas e explosivas tanto nos países centrais como nos países periféricos. Acrescentam o autoritarismo econômico-social dos regimes políticos atuais e geram continuamente a ação política contestadora das massas populares.

O autor húngaro-inglês Istvan Mészáros tem importantes contribuições recentes para caracterizar teoricamente a crise estrutural do sistema (das relações sociais) de capital e para desvendar o poder personificado do autoritarismo do capital da potência hegemônica mundial, os Estados Unidos, conceituando-lhe com a noção de “imperialismo hegemônico global”. Estes dois aspectos são um bom ponto de partida para discutir a situação atual de crise e as alternativas.

Segundo Mészáros (2008), a crise estrutural do capital é um produto gritante do agravamento atual das sucessivas contradições que tem acompanhado o desenvolvimento histórico das relações sociais capitalistas, isto é, sua existência é conatural ao amadurecimento da própria relação de produção mercantil capitalista e do domínio do capital sobre todas as formas produtivas e sociais não capitalistas.

Falando da importância histórica das relações sociais de capital, não é um segredo que elas geraram um grande impulso histórico para a criação dos indivíduos universais modernos, decorrente da contínua expansão periódica do comércio e da produção, da expansão irrefreável

das capacidades produtivas das sociedades modernas, embora essa relação tenha gerado uma contínua corrente de contradições profundas nascidas no seu interior mesmo, que ao ser superadas parcial e pontualmente pelo próprio desenvolvimento do capitalismo geraram novas contradições ainda mais profundas: entre riqueza produtiva social e pobreza do trabalho vivo, valor de troca e valor de uso, trabalho abstrato e trabalho concreto, dinheiro e mercadoria, capital e trabalho vivo, produção e circulação, domínio autoritário das máquinas e potencial criador e libertador do trabalho social, capital fictício e capital produtivo, capacidade cultural, política e científica das sociedades e esbanjamento dessa vitalidade provocado pelos interesses do lucro (MARX, 1971), até chegar ao ponto atual, a época da globalização, em que, como coloca Mészáros (2008, p.99-100), o capital encontra seus limites absolutos nas consequências decorrentes das suas relações sociais determinadas pela procura do lucro: destruição da natureza e do meio ambiente, o desemprego estrutural dos jovens, a diminuição artificial do tempo do valor de uso dos produtos mercantis e pela imposição ao mundo do poder autoritário destrutivo da maquinaria militar industrial.

A globalização capitalista faz parte de uma nova fase de expansão transnacional das relações de produção e troca, nas quais o domínio mundial do capital dinamiza e reformula a produção e a acumulação capitalista via novos processos de concentração e centralização mundiais do capital e novos processos de trabalho: daí suas características marcantes, aguçadas pelas formas neoliberais: a queda geral das barreiras alfandegárias, a privatização das empresas estatais, a transnacionalização da produção e dos mercados, a hipermaquinização e o uso intensivo da ciência e da tecnologia (toyotismo, nova cooperação complexa), a regionalização das economias, a precarização o trabalho vivo e a diminuição do potencial criativo do trabalho, o domínio mundial de uma financeirização volátil, que levam à situação de crise estrutural do capital.

Podemos agregar a tese da crise estrutural do capital de Mészáros (2011) que a globalização não desmancha claramente a diferenciação entre países centrais e periféricos, nem diminui definitivamente a dependência dos últimos: pelo contrário, afirma padrões de acumulação distintos no centro e na periferia,

que consolidam a velha diferenciação entre grupos de países e mantêm os velhos condicionamentos do capitalismo central sobre os capitalismos periféricos: no centro (reduzido), um padrão produtivo e de acumulação baseado nos circuitos financeiros transnacionalizados e nos clusters produtivos com alta tecnologia, desempregadores do trabalho juvenil e ampliadores do consumismo artificial dos jovens, baseado no cartão de crédito e na exportação de tecnologia e capitais; e, na periferia (ampliada), além de relações pós-fordistas e um toyotismo parciais nos países grandes (BRICS), volta a prevalecer um padrão de acumulação baseado principalmente numa nova especialização produtiva primária de despojo e exploração, destrutiva dos recursos naturais não renováveis, apoiada no agro negocio de exportação, na economia especializada de enclave agro minera transnacional, baseados na sobre exploração do trabalho vivo qualificado e na valorização financeira. (OLIVER, 2006; OSORIO, 2007).

Assim, a nova fase do capitalismo mundial, a globalização capitalista, tem produzido contradições novas e ampliadas que aprofundam as anteriores, gerando um novo patamar de crise ou de contradições explosivas no período que Mészáros (2008, p.126) vincula à crise estrutural do capital: o capital esbanja energia social para forçar um crescimento global, re-edita as guerras e potência os intervencionismos bélicos cíclicos do imperialismo hegemônico global dos Estados Unidos (a saída de tropas do Iraque será seguida do ingresso formiga de tropas na América Latina, particularmente no México?).

No contexto da atual crise do capital, o horizonte das políticas dos governos dos países periféricos, ainda daqueles com políticas neodesenvolvimentistas, é acrescentar o domínio mundial do capital mantendo a prioridade das políticas de valorização multilateral do grande capital, especialmente do capital financeiro. Este modelo na América Latina se apresenta como aprofundamento de uma crise orgânica dos Estados nacionais. Daí a problemática que se coloca na ordem do dia na região depois de um período de decrescimento e de espoliação extrema e unilateral dos recursos naturais e sociais pelo capital transnacional (finais do século XX). Os movimentos sociais críticos e os governos progressistas reagiram criando novas opções de crescimento e de políticas sociais. Como relacionamos tais opções com os enfoques

estruturais críticos do capital? São uma resposta adequada à crise orgânica dos Estados?

A relação de capital é um sistema de vínculos sociais universais de exploração e plus valorização monetário-industrial sobre o trabalho vivo que subsume vínculos mercantis de exploração sobre formas produtivas pré-capitalistas veiculadas pelo mercado. É um sistema econômico mundial hoje dominante, criado histórica e politicamente: a abstração “relações de capital” caracteriza um processo histórico social em expansão global no qual tem ido se constituindo determinadas relações sociais e forças histórico políticas em correlação e luta.

Podemos dizer que essas forças são o movimento e a personificação das relações sociais de capital na história mundial, nas diversas histórias nacionais e locais. O resultado da sua relação e luta na qualidade de forças histórico políticas tem incidido naturalizando e legitimando ideológica e politicamente, nas sociedades políticas e civis, essas relações de capital. Portanto, produzindo e legitimando a separação entre economia e política.

A relação de capital produz, ela mesma, o Estado capitalista, que nasce como a expressão alienada da capacidade produtiva da sociedade (que aparece transfigurada como capacidade só do “capital”) e, portanto, gera o estranhamento do poder político, a sua separação da sociedade, isto é, cria a possibilidade da sua existência só como “comunidade política” e da luta entre forças político ideológicas ainda que históricas. (MARX, 1958). O Estado político, a legitimidade das suas suas instituições e a fragmentação ou coesão social que provoca, são resultado de um processo de luta de forças nesse marco de separação histórico política. Assim, podemos argumentar que as forças políticas que personificam a hegemonia baseada no projeto histórico atual do capital são dominantes e dirigentes no mundo de hoje, entre outras razões, pela 1) expansão do imperialismo hegemônico global, 2) as transformações das relações de trabalho e de associação dos trabalhadores 3) a queda do comunismo político do século XX 4) a alienação no consumismo e a desilusão das massas de trabalhadores sobre as suas próprias potencialidades e, 5) a fraqueza crítica das forças de esquerda institucional e social. Não obstante, o domínio político das forças do capital nunca é total e absoluto, pois o capital

é uma relação de contradições profundas e antagonismos constantes.

Não é bastante para as forças histórico políticas capitalistas ter o poder político nas mãos se as contradições da relação de capital são gritantes e provocam antagonismos, conflitos e lutas que enfraquecem as instituições e mediações, e as desestabilizam, ao mesmo tempo que educam e organizam a resistência. A gravidade desses conflitos gerou as grandes lutas sociais de resistência e ofensiva popular crítica na última década nos países latino-americanos e colocou no horizonte a questão da hegemonia e das alternativas.

Como já esclareceram tanto a história como os pensadores clássicos da teoria social crítica, a profundidade e o agravamento das contradições da relação do capital não levam de per si à queda do sistema social prevalecente, nem produzem os mesmos efeitos impactantes de uma crise conjuntural do capital; o que se produz é um processo lento e contínuo de deterioração da vida social, de destruição da natureza e de domínio de burocracias estatais que impõem seu autoritarismo estrutural.

Concordo com a apreciação de Oliveira de que “a relação de capital não se destrui, se supera”. (FELICIO, 2009). Alternativas requerem visão crítica sensível e teórica dos movimentos sociais; são uma construção social e político cultural. (GRAMSCI, 2000). Dai que considero que a crise estrutural do capital não gerará alternativas espontaneamente no campo popular, em termos de acrescentar universalmente novas relações sociais de produção e de solidariedade social não dominadas pelo capital, nem nos países centrais nem na periferia. São os posicionamentos universalizantes de forças político sociais amadurecidas nessas contradições e nos conflitos, que contribuem à expansão nas classes populares numa visão crítica e abrem a opção numa alternativa ao sistema do capital. As classes populares, com as suas capacidades produzem ora a legitimação ora a deslegitimação das instituições e mediações. (PORTANTIERO, 1981). Mas a história tem mostrado que essa expansão da crítica nas massas populares requer organização e um trabalho político constante com capacidade de intervenção radical na vida social. Alternativas são, como bem esclareceu o teórico político Antônio Gramsci, um produto de processos complexos de formação de novas vontades coletivas (GRAMSCI, 2000) como foi colocado no Caderno 13 dos Cadernos do Cárcere. Um quesito dessa formação de vontade

coletiva alternativa é o impulso espontâneo das massas, o que não quer dizer a espontaneidade como política e estratégia, senão ao contrário, exige projetos e políticas de direção consciente e crítica.

Vários autores contemporâneos da América Latina e da Europa, entre eles René Zavaleta (2009), Ruy Mauro Marini (2007), István Mészáros (2008) e Joachim Hirsch (2002) têm chamado a atenção de que nas relações sociais que sustentam os atuais Estados políticos, o capital controla o metabolismo social e sustenta estruturalmente o domínio e a hegemonia das forças histórico políticas capitalistas, o que coloca para as esquerdas atuais da América Latina o problema de esclarecer as complexidades do processo-sempre em mudança histórico político de construção das forças alternativas dentro, mas também na sociedade civil, isto é, fora do Estado político em senso estrito. Parece necessária uma revisão crítica pelas massas populares, da estratégia e tática, do programa e da política tradicionais, na época atual de predomínio do capital global, de esvaziamento da democracia no Ocidente, de poder crescente das burocracias e tecnocracias, de aumento do autoritarismo estrutural, e da alienação social das maiorias silenciosas pelo consumo de massas.

3 OS NOVOS SUJEITOS SOCIAIS DA POLÍTICA

A ofensiva do grande capital monopólico transnacional no final do século XX gerou o enfraquecimento da estrutura industrial da América Latina e levou ao fim relativo das economias nacionais como espaço decisivo das sociedades nacionais -o capitalismo é hoje basicamente transnacional. Daí a queda de hegemonia econômica interna das frações industriais nacionais do capital e a tendência à substituição do domínio e da hegemonia das classes políticas internas pelo poder das novas oligarquias transnacionalizadas. Hoje, nas economias da América Latina, predominam o capital financeiro transnacional, o capital das montadoras transnacionais de exportação, o capital minero e do agro negócio. Nesse contexto e sob esse padrão primarizado de produção e acumulação, a integração econômica e a estrutura social popular têm mudado e provocado uma larvada crise orgânica dos Estados que não encontram uma força própria interna que se

constitua como sujeito da política. As velhas classes operárias e camponesas, produtoras fabris e produtoras do campo reduziram número, função e influência perante as novas classes populares precarizadas, fragmentadas, desorganizadas, desconscientizadas. Assim, na América Latina a nova situação está determinada pelo fim relativo das economias nacionais, pelas políticas econômicas transnacionais dos Estados ajustadores e pela mudança na situação das classes da região.

Não obstante, o trabalho vivo produtivo não tem diminuído nem desmanchado, senão, ao contrário, tem acrescentado seu papel na produção e na circulação. (ANTUNES, 1995). Trata-se de um trabalho vivo submetido a novas formas produtivas tecnológicas e as cadeias de distribuição e comercialização das empresas mundiais. Vinculados ao mundo pela ação da mega banca e empresas transnacionais que os contratam, os novos jovens operários do processo de produção e circulação sofrem o peso de uma correlação de forças negativa, de um mercado que não satisfaz a partir do emprego formal suas necessidades estruturais, da política parcializada dos Estados nacionais empresariais e da ausência dum Estado mundial que regule o sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2008).

A persistência nos países do centro e da periferia de uma diversidade de Estados provoca o isolamento e a separação dos trabalhadores de um país a respeito dos produtores assalariados de outros países e leva os Estados a desenvolverem políticas de desorganização dos novos trabalhadores, o que afirma a desagregação e fragmentação da grande massa popular. Assim, a mudança estrutural do mundo do capital tem combinado com o enfraquecimento orgânico político da classe trabalhadora e incide em dificultar a necessária constituição de forças histórico políticas com capacidade de impulsionar uma nova vontade política coletiva nacional popular, incluso de caráter transnacional.

O problema principal, entretanto, para as sociedades latino-americanas é ideológico e político, isto é, não provém da piora na sua situação estrutural; o problema é a subalternidade; o desmanchamento, na atual posmodernidade 1) de uma identidade político cultural própria, 2) da queda ideológica dos projetos históricos alternativos ao domínio do capital, 3) da ausência de uma política de autonomia de classe e de hegemonia de

massa popular que absorva os intelectuais críticos, oriente a confrontação e consiga contribuir à acumulação de uma força histórica alternativa, 4) da falta de capacidade, desde o metabolismo social, desde a sociedade civil e desde os novos movimentos sociais populares, para influir como opção de direção produtiva, social, política e cultural nas sociedades modernas da América Latina e criar novas opções políticas. Eis algumas das dificuldades para as grandes massas populares das sociedades latino-americanas gerarem uma alternativa. O eixo profundo e ainda não resolvido desta problemática é, no entanto, a incapacidade de intervir no metabolismo social desde a sociedade civil.

4 A CRISE ORGÂNICA DOS ESTADOS

Nos anos recentes, os Estados periféricos da América Latina viveram reiteradas crises políticas, que suscitaram a partir das dificuldades de governabilidade das elites, da resistência popular às contradições e às políticas do capital e, da defesa social das massas perante o domínio autoritário e depredador do capital no capitalismo globalizado. Essas crises foram, ao mesmo tempo, o espaço e o tempo de debates e propostas visando criação de alternativas.

Falamos de uma crise orgânica dos Estados na periferia do sistema capitalista nascida da desintegração da economia interna e da separação entre objetivos e projetos das sociedades políticas e o posicionamento crítico das sociedades civis. Na América Latina se configurou uma situação parecida à Europeia de finais do século XIX e inícios do século XX (na qual umas burocracias agressivas conduziram às sociedades à Primeira Guerra Mundial buscando prevalecer na competição internacional entre capitais e impunham mundo dentro e mundo fora a sobreexploração desmedida do trabalho, sem que as suas sociedades civis nem as instituições parlamentares - com representação de operários pudessem controlar ou colocar limites a essas políticas. Isso no início do século XX gerou uma crise orgânica do Estado na Europa, que, igual que hoje, levou a uma desintegração econômica e à separação entre sociedades políticas e sociedades civis).

Crise orgânica do Estado na América Latina (PORTANTIERO, 1981), entretanto, não quer dizer ausência do Estado, falta de domínio sobre a sociedade, ou enfraquecimento da

relação hierárquica entre governo e sociedades civis dispersas, locais, corporativistas e clientelismo. O que a crise orgânica expõe é um enfraquecimento da hegemonia do grupo social dominante sobre as classes populares, um hiper controle da burocracia civil e militar sobre as organizações civis e os partidos políticos, abandono de recursos produtivos nacionais outrora existentes, maior domínio mediático, desorganização das camadas populares e perda de legitimidade das formas de representação parlamentares liberais.

Dai que a crise orgânica do Estado abre espaços para os movimentos sociais lutarem por políticas radicais. Na América Latina, no final do século XX, uma política estatal parcializada de valorização preferente do capital financeiro em particular, levou à integração subordinada dos ganhos da economia e do trabalho nacionais ao capital volátil transnacional e à afirmação dum padrão de acumulação de especialidade produtiva primária neo exportadora, sustentos da atual crise orgânica do Estado. O Estado como expressão da integração econômica, política, social e cultural das sociedades latino-americanas ficou esvaziado e desarticulado. Marx desenvolveu uma noção de Estado como a síntese da sociedade burguesa, como o resultado da articulação entre capital, trabalho assalariado e renda da terra. (MARX, 1971). Pois bem, o Estado latino-americano é hoje essa síntese como expressão do capital mundial que subordina as nossas capacidades produtivas, que transforma as classes nacionais em correias de transmissão das classes transnacionais.

Não estamos pensando que pudesse persistir hoje uma oposição entre interesse nacional do capital e interesse internacional, pois todo capital é hoje capital mundial. Fica constatado que o novo capitalismo latino-americano é capitalismo mundial. Mas isso hoje na região gera abandono e esbanjamento de recursos produtivos sociais, energéticos, culturais e políticos. Nacionaliza o esbanjamento de recursos. A crise orgânica do Estado é justamente a existência de um Estado que bloqueia e desperdiça recursos e desintegra a sociedade e a nação. Nesse sentido a crise orgânica do Estado latino-americano é uma expressão da crise estrutural do capital. Os conflitos atuais entre frações políticas do capital expressam falta de acordos entre elas sobre políticas particulares, mas não a busca de outras orientações para mudar a situação estrutural.

Os movimentos populares, as forças políticas de esquerda e os governos progressistas têm o

desafio de procurar alternativas para superar a crise orgânica do Estado, recuperar uma integração social nacional, colocar em pauta um padrão de acumulação mundial baseado na expansão e elevação das forças produtivas internas, produzir uma nova vinculação nacional entre sociedades civis e sociedades políticas e criar um bloco de poder crítico popular que abra a intervenção decisiva das sociedades no programa e nos espaços públicos. (OLIVER COSTILLA, 2005; OLIVER COSTILLA, 2009). Mas as novas classes políticas dirigentes dos Estados latino-americanos não parecem estar plenamente conscientes do problema da crise orgânica do Estado, nem da importância de uma saída diferente àquela de caráter reformador superficial, questão sobre a qual falaremos embaixo.

5 GEOPOLÍTICA DA REFORMA E DA CONTRARREFORMA NA AMÉRICA LATINA

A transformação das resistências de mais de duas décadas das múltiplas minorias despojadas ou excluídas pelo neoliberalismo transformou-se nos inícios do novo século em quase todos os países da América Latina em movimentos sociais majoritários, críticos das políticas de privilégio à valorização do grande capital financeiro, as políticas monetaristas e ajustadoras, à privatização do público e ao autoritarismo neo-oligárquico dessas mesmas forças, fato que evidenciou a grande separação de interesses entre as burocracias dirigentes dos governos neoliberais e as massas populares. Os movimentos sociais em resistência crescente logo influíram no ânimo eleitoral e possibilitaram o triunfo de novos governos progressistas.

Desde 1999 tem havido novos governos na América Latina com peculiares e inéditas lideranças populares nascidas dos excluídos das elites e dos oprimidos. Um elo reformador apareceu no horizonte político social latino-americano cuja característica relevante parecia criar as condições para uma inédita vinculação política entre lutas sociais e lutas políticas. Essa situação reposicionou na mesa de debate latino-americana algumas novidades concretas e reafirmou a persistência de problemáticas sem resolver: a relação centro periferia, o Estado da colonialidade, a subordinação das sociedades civis aos partidos burocratizados e a Estados autoritários, a democracia delegativa, o autoritarismo das instituições

estatais, o domínio burocrático do público, o monoculturalismo institucional, a precariedade dos direitos populares, a ausência dos direitos da natureza, etc.

Poucos governos fizeram uma nova crítica programática ao desenvolvimento produtivista, e poucos colocaram em pauta a autonomia política e sociocultural dos povos e a descolonização e refundação do Estado, propondo novas constituições que recuperaram formas políticas comunitárias tradicionais, introduzindo novas instituições abertas à participação popular, gerando um modelo de desenvolvimento baseado na noção do bem viver e uma nova noção do público que é definido pela intervenção direta das sociedades civis, etc. Na onda de novas políticas que sinalizaram uma ampliação e aprofundamento da democracia, sem embargo, não apareceu ainda no centro da mudanças e dos questionamentos a crítica à separação entre Estado e sociedade e colocaram em debate a problemática das contradições e conflitos que cria a relação do capital no metabolismo social. O que existe, já, entretanto, desde vários anos, são diferentes experiências de governos progressistas e de movimentos sociais em luta pelo aprofundamento da democracia e por políticas públicas abertas à sociedade.

O processo não tem sido uniforme: as distintas políticas têm conformado agrupamentos e posicionamentos de governos e governantes, com vasos comunicantes, mas com distintos eixos programáticos e políticos, que abrem ou fecham espaços para uma crítica radical e uma praxe transformadora.

Assim, temos os casos da: 1) Venezuela, Bolívia e Equador, que transformaram de maneira radical as suas constituições, estimularam novas mediações estatais, propuseram avanços que, entretanto, combinaram um presidencialismo acentuado com formas de democracia participativa e formaram o bloco da Alba; 2) Entretanto, Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai constituíram um bloco em torno ao Mercosul, propuseram políticas econômicas e sociais progressistas, mantiveram as velhas instituições estatais autoritárias e se distanciaram dos programas propostos pelos movimentos sociais autônomos. As atividades políticas conjuntas de ambos os blocos de governos têm gerado novas instituições regionais tais como a Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos, CELAC, a União de Nações de América do Sul, UNASUL, o Conselho Sul-ame-

ricano de Defesa, Projetos econômicos e financeiros de integração regional, assim como a defesa da democracia institucional perante as tentativas golpistas oligárquicas.

Em todos os casos, o assunto crucial que ainda não foi resolvido é a construção coletiva de um novo - ou de novos- sujeito social popular com capacidade contra hegemônica, que direcione um novo bloco social popular de poder, que promova a construção de um novo Estado em processo de desmanchamento e reforme a sociedade civil, que atue como impulsionador e condutor dos processos de mudança. As formas de constituição desse (s) sujeito (s) estão em experimentação e debate: centralizadas ou descentralizadas, unificadas ou múltiplas, direcionadas ou moleculares, apriorísticas ou conclusivas, etc.

Ao lado dos governos reformadores mencionados, durante a última década se conformou um bloco de governos autoritários da contrarrevolução, integrados por forças neoliberais. Trata-se de uma resistência civil e política subcontinental encabeçada por partidos de direita que ficou reforçada com a nova política de intervenção dos Estados Unidos na América Latina. Destaca a participação ativa dos governos atuais do México, da Colômbia, de Honduras, de Panamá e de Chile em uma política para defender a orientação neoliberal na região, desprestigiar o programa do retorno ao público e ao nacional, e procura deter o avanço das lutas sociais e políticas progressistas.

6 EXISTEM ALTERNATIVAS? A QUESTÃO DA HEGEMONIA E DA CONTRA HEGEMONIA

Dada a natureza inumana das contradições atuais e a gravidade dos conflitos estruturais que gera a crise estrutural do capital, a única Alternativa histórica é a superação das relações que sustentam o domínio do capital, e não só pela superação do capitalismo como aconteceu na experiência comunista do século XX, mas pela substituição histórica da relação de capital, como esclarece adequadamente Istvan Mészáros (2011).

Embora sejam muito importantes as mudanças atuais na América do Sul, com melhoramento social, combate à extrema desigualdade, políticas sociais de inclusão, crescimento econômico e democracia institucional, trata-se de corretivos (embora,

importantes para a história das nossas sociedades), apenas para melhorar a subsistência e administrar a crise, no entanto persistem as condições gerais de subordinação dos homens e do trabalho vivo ao domínio do capital. Quando se pensa em alternativas não cabe considerar somente o melhoramento social e o crescimento econômico de curto e meiod prazo e sim a crítica às relações de capital e à crise orgânica do Estado.

Trata-se da problemática universal de construir com políticas e mudanças atuais, as forças, as condições e os caminhos para uma nova fase histórica de organização social baseada no domínio dos produtores livremente associados -do conjunto da sociedadesobre as relações mercantis capitalistas.

Considerando os limites e imposições da democracia institucional na sociedade moderna se abrem vários problemas. Expondo o fracasso das lutas da socialdemocracia europeia no século XX, Mészáros (2008, p. 263) propõe não seguir o caminho da política e lutar por constituir um movimento de massas pelo socialismo fora da democracia institucionalizada e da política formal dos Estados. Para ele o caminho é a conformação de um movimento socialista de massas fora da política institucional, pela transformação do sistema do capital e pela instalação paulatina de experiências de poder dos produtores livremente associados. É importante considerar o argumento sobretudo porque, acredito, ignora a existência de uma subalternidade social popular à hegemonia conservadora na sociedade moderna.

Na nossa América Latina, as importantes e inusitadas experiências da primeira década do século XXI em quase toda América do Sul, com protagonismo de movimentos sociais de resistência e ainda com as políticas sociais avançadas dos novos governos progressistas, não existe um avanço evidente para um novo comunitarismo que critique prática ou teoricamente a persistente relação de capital, ainda que tenham se colocado em questão as formas selvagens do neoliberalismo mundial e imposto limites regionais ao domínio aberto do imperialismo hegemônico global dos Estados Unidos.

As políticas postas em pauta pelos governos progressistas estão dirigidas a instalar um novo intervencionismo de Estado e uma regulação política do capitalismo, junto a políticas públicas assistenciais que têm melhorado a vida diária dos trabalhadores, sem enfrentar a crise

orgânica do Estado. Cabe dizer que as mudanças não têm trocado o padrão neocolonial de submissão periférica à divisão internacional do trabalho, nem são o início de processos de conformação da hegemonia de forças alternativas autônomas. Em alguns países têm acontecido processos de empoderamento de organizações comunitárias dos povos originários e das organizações de classe dos trabalhadores, com conquista jurídica política assentadas em políticas públicas ou, em novas constituições com novos direitos, acompanhadas com novas mediações institucionais sob influência popular. Entretanto, nesses processos a crítica à relação de capital e a questão da alternativa estão ainda fora da pauta: hoje temos, como produto da atividade dos governos progressistas, um tímido melhoramento social do capitalismo sob a continuidade do domínio da relação de capital, e uma remoçada da hegemonia capitalista em sociedades civis atreladas a um novo consumismo. E nada indica que o trabalho vivo nessas experiências tenha reorganizado autonomamente as relações sociais.

Mészáros está certo quando critica as políticas reformadoras capitalistas da socialdemocracia e projetos similares, como projetos que não questionam a separação da política e dos políticos da sociedade e, no passado serviram para legitimar a relação de capital, sobretudo nos períodos de crise parcial do capitalismo: reforçaram uma democracia separada da sociedade e legitimadora da hierarquia e do domínio do capital no metabolismo social.

A concepção de Mészáros (2008, p. 254) de que a alternativa tem que surgir já na própria vida social do capitalismo pela imposição de formas de produção e de poder dos trabalhadores livremente associados sustenta que as conquistas políticas não ajudam, pois o real problema é o metabolismo social criado pelo sistema do capital e esse metabolismo está num outro plano, diferente das relações políticas do Estado ou, das relações de democracia política, formas políticas cuja função segundo ele, é somente assegurar a coesão social, separando a política da economia e a democracia do metabolismo social dominado pelo capital.

A pergunta que fica no ar para o pensamento crítico é a seguinte: considerando que o Estado é o somatório de sociedade política com sociedade civil –Gramsci-, como e porque surgiria assim, fora do Estado, pela vontade de revolucionários radicais, um movimento de

massas pelo socialismo propiciador do poder dos trabalhadores livremente associados? E como esse movimento conseguiria o apoio dos outros componentes sociais, políticos e culturais das sociedades modernas? Será que como poder local radical dos trabalhadores, possível sim em alguns lugares da América Latina –e em construção já em situações focalizadas da Bolívia, Venezuela, Argentina, Brasil-, coexistiria pacificamente junto ao poder social do capital e não seria confrontado pelo poder político e até militar dos Estados, e sendo isolado pela sociedade civil subalterna à direção dos projetos do capital? Não é melhor pensar no desenvolvimento de movimentos sociais que na sua inserção nos espaços e assuntos públicos alterem as relações de poder e mudem a política mostrando a crise de representação e o anacronismo dos partidos institucionalizados?

Desde a esquerda radical é lógico o interesse numa experiência possível sem interferência estatal que fosse parte de um caminho real a uma sociedade alternativa. Mas o objetivo radical pela derrocada do sistema social do capital não assegura que o caminho seja autossustentável. O caminho proposto por Mészáros é uma luta social e econômica fora do Estado, uma luta em expansão gradual na sociedade que fortaleça um pensamento crítico e as experiências cooperativas de solidariedade. Pois bem, isso não parece possível de conformar fora das relações de poder e da atividade política na sociedade moderna. Parece-me que um movimento alternativo radical de massas é um projeto político de poder que incide diretamente nas relações de poder e na política.

A crise da democracia institucional, dos espaços políticos e da política já é uma realidade no mundo contemporâneo, fato evidente na segunda década do século XXI; assim como é uma realidade a estatização dos partidos políticos e seu distanciamento da sociedade e seus problemas. (HIRSCH, 2002). O recente movimento espanhol dos indignados é uma expressão clara do fato de que a democracia burocratizada da União Europeia não permite ainda a “democracia real do povo”, isto é, nas instituições atuais do Estado da União Europeia não existe lugar para políticas próprias e autônomas da própria sociedade fora dos marcos definidos pelo capital financeiro global e ratificados pela União Europeia. Na situação mundial atual, de extremo agravamento das

contradições estruturais da relação de capital, a tendência atual dominante é à barbárie autoritária. Daí que a grande pergunta seja: existe um espaço de luta política na procura pelas alternativas que pudesse transformar as instituições para permitir a constituição de uma força alternativa autônoma em expansão dentro e fora do Estado e que se fortaleça com experiências de produção solidárias e com luta pela ampliação e aprofundamento da democracia?

7 A DISPUTA PELA DEMOCRACIA

Colocar o social no político, ampliar o conceito da política, fazer da democracia uma guerra de posições e luta de interesses? Isso é um processo aberto de luta. Cabe perguntar então: é possível para a constituição e o crescimento expansivo de um movimento de massas popular e alternativo hoje a disputa de uma democracia formalizada, controlada histórica e politicamente pelas elites capitalistas, que construíram e legitimaram instituições que separaram política e economia e colocaram fora de debate a relação de capital, no contexto da crise financeira do Estado transnacionalizado de concorrência? Vejamos as contribuições recentes sobre este assunto da história política de massas na América Latina.

A nossa região passou desde o retorno a uma democracia de elites (finais do século XX) para uma democracia de projetos (primeira década do século XX) e está em pauta na luta atual pela democracia, a construção de uma forma política de luta pelo público com projetos atrelados a forças histórico políticas alternativas.

Com exceção do Uruguai e do Brasil, pela sua luta democrática cidadã contra a ditadura e, no caso deste último, pela afirmação constitucional de 1988, nos anos oitenta do passado século prevaleceu na política latino-americana a noção de que a democracia era sobre tudo um pacto entre elites sobre regras civis de eleição de autoridades, de forma que o problema era a construção de um consenso em torno a novas regras de funcionamento civil eleitoral. Essa noção efetivamente separava a política da sociedade e colocava impedimentos para colocar as questões sociais em debate. Também o caráter delegado da representação (O'DONNELL, 2010) bloqueou a organização política dos trabalhadores e dificultou fazer da organização social e da mudança das relações de produção e circulação o eixo da luta política.

O resultado dessa democracia de elites foi a sua utilização pelas classes políticas dominantes em quase todos os países para conseguir a passividade das massas perante o neoliberalismo e a globalização imperialista, com redução de direitos cidadãos e o apoio do sistema político institucional à reforma neoliberal dos Estados. Foi uma democracia de exclusão das massas da política que levou à consolidação das formas eleitorais e parlamentares restritivas como horizonte único da igualdade e da liberdade na política.

Vejamos a seguir o impacto das lutas histórico políticas no período 1999-2010. O período de controle político pelas elites das novas exigências sociais e políticas de massas levou à crise orgânica do Estado, caracterizada pelo abandono do padrão desenvolvimentista nacional de acumulação e pela inserção subordinada à globalização neoliberal o que propiciou a transnacionalização do domínio do capital e a reforma neoliberal dos Estados. A consequência foi uma grande insatisfação das massas populares com essa democracia restringida de aprofundamento da desigualdade e quebra da integração econômica nacional, o que levou a que as lutas sociais de resistência ganhassem espaço desde o ano 1999 até 2010 e, o que é bem importante, colocaram em pauta uma ressignificação da ideia da democracia, para um reconhecimento e inclusão das diferenças e uma recuperação do público pelos cidadãos: a democracia participativa popular com confronto de projetos. Foi a luta das massas que mudou os Estados e as democracias, ainda que essa mudança não colocara ainda em questão a relação de capital.

Qual o papel da sociedade civil nesse novo espaço de luta estratégica? Não foi o Estado nem o desenvolvimentismo, o ponto central numa estratégia popular radical, senão a sociedade civil organizada e crítica. Na nova disputa pela democracia, a sociedade civil está jogando um papel central como espaço de guerra de posições e luta de interesses encontrados. A democracia passou de problema das elites a ser um espaço da luta entre forças e projetos políticos distintos: elitistas e de massas, representativos delegatários e participativos, com discussão sobre a manutenção do projeto neoliberal ou de recuperação da regulação popular do Estado. Evelina Dagnino está certa quando estabelece que a significação da democracia mudou neste século XXI para ser um espaço de disputa

cidadã de projetos políticos distintos.(DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006). Mas, temos que agregar, isso foi o resultado das lutas sociais de conteúdo histórico político contra a democracia de elites.

Por que é tão difícil atrelar a intervenção da sociedade organizada nos assuntos públicos com a independência progra-mática? Uma disputa de projetos políticos não é por si mesma uma disputa sócio-histórica; uma disputa democrática radical não gera espontaneamente uma perspectiva autônoma dos trabalhadores e não coloca em pauta um projeto próprio de crítica da relação de capital. Para que possa se desenvolver um movimento alternativo radical de massas, precisasse também de uma política popular e uma independência programática e que não será espontânea. Mas também o projeto político não é algo pronto e fechado, acabado para sempre, senão que se trata de uma conjunção de elementos de um processo. E nesse processo os sujeitos não são somente os atores políticos institucionais-líderes, partidos, associações políticas, organizações culturais senão também as forças histórico políticas da sociedade civil que personificam as contradições da relação de capital, que geram uma influência nacional e uma coesão social: isto é, atores e sujeitos que lutam pela hegemonia. Assim, junto à noção que preocupa a Dagnino, de projetos políticos distintos que às vezes coincidem discursivamente, a questão é que esses projetos estão expressando também um processo de confrontação de forças histórico políticas distintas, que não provêm somente de partidos políticos senão de movimentos e organizações sociais. Esse conflito tem um sentido histórico nas sociedades e uma relação da política com a ideologia e a cultura que faz parte dos sistemas hegemônicos existentes. Foram construídos na história sociopolítica das sociedades e ainda canalizam os conflitos em cada sociedade.

Nesse sentido, convém sublinhar que os projetos da direita conservadora individualista neoliberal latino-americana e do centro liberal social não estão procurando a organização da sociedade, pelo contrário: requerem uma sociedade desorganizada e passiva. São os projetos de centro esquerda que hoje procuram uma sociedade civil ativa, propositiva e relacionada com propostas políticas ou forças políticas. Os projetos da direita e do centro procuram colocar o debate dentro da continuidade neoliberal e autoritária, no

entanto, os projetos da esquerda fazem a crítica a essa continuidade. A luta social dos movimentos sociais e das forças políticas populares em diversos países latino-americanos tem colocado na pauta a luta por um projeto de democracia participativa popular que ubique o público como problema da sociedade e não somente como direito da burocracia. Será nesse sentido que a democracia participativa é um caminho aberto à construção de um projeto alternativo com um peso específico das massas? E a reivindicação do público como algo determinado pela sociedade, como processo aberto, não é a relação social de capital também? Aparece aqui a importância do público como objetivo estratégico e como espaço de construção das alternativas.

8 A AMPLIAÇÃO DOS CONCEITOS DA POLÍTICA, DO PÚBLICO E DA HEGEMONIA

Nos países da América Latina onde prevalece o projeto político neoliberal e autoritário como no México (1982-2012) o Estado está organizado para dificultar a participação das massas populares assim como para excluir o conflito social. México tem hoje um Estado burocratizado e militarizado de direita que está contra a participação direta e ativa das massas, que criminaliza os movimentos e somente permite (e às vezes com fraudes) a política eleitoral, com tanto que seja com exclusão do conflito social. No México, a burocracia mantém o exclusivo poder decisório sobre o público e não existe uma experiência tão grande como em outros países de construção de espaços públicos (no entanto parece existir menos alienação da sociedade mexicana com respeito ao consumo e mais opções para questionar a relação de capital porque esse é também um problema ideológico e México tem cultura solidaria e experiências de comunitárias no sul do país).

Mas as dificuldades para ampliar a política nos países autoritários não significa que tenha se acabado a disputa pela democracia: justamente trata-se de uma disputa viva por ampliar o horizonte e o conflito social na conquista de um novo patamar de democracia. A democracia participativa está dirigida a ampliar o conceito da política, a abrir-se à participação das massas populares e cidadãos nas decisões do Estado e à exigência de plena liberdade para a autoorganização.

Pode essa luta ser encaminhada a constituir uma força histórico política nova contra o domínio do capital e pela alternativa radical? A questão não é somente construir uma cidadania para a democracia participativa, senão ampliar o sentido da disputa para colocar em pauta “o público” como referencia e conteúdo da política, como espaço de construção social da política, que deve ser decidido pela sociedade.

A experiência da América do Sul mostra que o público não é somente um espaço defensivo; é um objetivo e um processo que enquanto altera as relações de força na política encontra-se dentro do Estado e, enquanto faz parte dum projeto próprio e autônomo, está fora. Assim, é possível entender melhor a luta pelo público como parte de um movimento social de massas por uma sociedade alternativa, como um processo interno e externo ao Estado.

Hoje o processo de disputa pela democracia e pelo público pode ser também de disputa pela participação decisória da sociedade nos assuntos do Estado, e ao mesmo tempo, um processo pela organização autônoma dos trabalhadores com consciência política e ideológica. Assim, o público aparece como a chave para o processo de construção de uma contra hegemonia.

Na América do Sul, no entanto, a abertura democrática propiciada pelos governos progressistas e pelas lutas sociais e cidadãs está abrindo mais claramente as possibilidades da ampliação da política.

Só que, como argumenta Francisco de Oliveira, para que a ampliação da política seja real tem que existir uma grande massa popular que lute por direitos e pela autonomia, e não faça parte duma legitimação por consensos apolíticos dos novos governos progressistas que passam pela cooptação dos pobres. (OLIVEIRA, 2009).

9 CONCLUSÃO

A riqueza da experiência latino-americana permite acreditar que democracia participativa e apropriação crescente do público pela sociedade são caminhos para a construção de uma força histórico política alternativa. Para isso é preciso, não obstante, debater sobre a relação entre estratégia e tática, atividade de minorias e de maiorias, pensamento crítico radical e movimento social de massas.

Superar a atual separação dos indivíduos e da sociedade em múltiplos espaços e

compartimentos faz parte da luta por transformar criticamente a sociedade. Mészáros associa corretamente a luta contra o domínio do capital com a luta contra a múltipla separação da vida histórica social. A civilização moderna, sob o influxo do domínio do capital, foi criando e impondo a separação da sociedade em múltiplos espaços e compartimentos que hoje fazem parte da normalidade da vida, mas cria numerosas dificuldades para cristalizar um movimento social de massas anticapitalista com visão de totalidade, crítico da relação orgânica do capital, na medida em que se dificulta a construção da consciência e a ação social autônoma das massas sobre a sociedade como um todo. A ideologia dominante separa política e economia, poder e sociedade. Estamos sublinhando a fragmentação de indivíduos e sociedades, a separação entre cidadania e sociedade, entre lutas parciais e totalidade. Sem superar essa separação não existe a possibilidade de estabelecer uma relação afirmativa entre ação imediata e ação histórica das massas, formadas por indivíduos, classes e grandes grupos sociais.

Não dá para ignorar o peso da hegemonia ideológica do capital nas sociedades atuais, ideologia que se baseia na fragmentação da sociedade. Uma separação transcendental, por exemplo, é a que existe entre vida sensível, ação prática e pensamento teórico, com a consequência de existir uma ideologia dominante que separa tais expressões da vida social. Junto a essa separação está o distanciamento entre economia, política e cultura, entre mundialização e localidade e, mais amplamente, entre Estado, sociedade civil e comunitarismo.

Tem sentido a ideia de que para se desenvolver um movimento de massas crítico da relação social do capital, no processo de resistência e ofensiva espontânea das massas contra o domínio neoliberal, se precisa unir no processo os movimentos sociais e as formações políticas críticas; programa e movimento; democracia e transformação anticapitalista; ação política e lutas sociais, política e estratégia? Assim, o problema de fundo é criar condições para que os movimentos sociais lutem contra a separação institucionalizada entre o político e o social, entre programa alternativo e política de aprofundamento democrático participativo, entre ação política e organização social. Cabe argumentar que lutar pela alternativa num processo político radical faz parte da luta por incorporar às massas de trabalhadores à luta social e política, e faz parte de estabelecer a unidade da variegada luta social pelas alternativas e a luta

política de múltiplos atores perante a crise orgânica, anda mais nos nossos dias. O grande problema da luta alternativa radical é desafiar prática e teoricamente o controle das instituições e das mediações sobre a política - transformar o político, controle que se origina na separação entre a vida política e os outros âmbitos do social.

Nas crises políticas e nas crises nacionais gerais, as sociedades tendem claramente a quebrar a separação: as massas que lutam nas ruas intervêm diretamente na política, debatem e transformam as ideologias petrificadas e criam novas formas produtivas sociais. Aí as forças históricas atuam politicamente e mostram a sua fisionomia, como Gramsci deixou claro nas teses de Lyon. (GRAMSCI, 1926). Enquanto aparecem no horizonte novas crises que alteram o normal das sociedades, o importante é a preparação política expressa na conquista de posições nos múltiplos espaços vitais (transformando- os), da vida social: sindicatos, partidos políticos, escolas, burocracias, etc., conquista que não é um fim em si mesmo, senão um elemento de transformação ideológica política, de reforma intelectual e moral, e um componente da futura luta das massas. O problema não é uma separação artificial entre luta pacífica e luta violenta. A possibilidade de optar entre uma ou outra não existe, pois é a realidade histórica política que coloca as condições da luta. O que é importante é a transformação da ideologia e da política na vida das massas, o que unirá, caso de concretizar-se num movimento social, o programa e a política, o político e o social, a economia e a política, o imediato e o histórico.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

DAGNINO, Evelina; OLIVERA Alberto; PANFICHI, Aldo. Introducción. In: _____. **La disputa por la construcción democrática en América Latina**. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 2006. p. 15-102.

FELÍCIO, César. Cientista político eleitor de Lula diz que a disputa de 2010 será esvaziada de política e regionalista: consenso despolitiza sociedade e coloca Lula à direita de FHC. **Jornal Valor Econômico**, Belo Horizonte, São Paulo, 27 maio 2009. Entrevista a Francisco de Oliveira.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 2000. 5 v.

_____. **Teses de Lyon**. México: Cuadernos Pasado y Presente, 1926.

HIRSCH, Joachim. **El Estado nacional de competencia**. México: Ed. UAM Xochimilco, 2002.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**: antología. Colombia: Ed. CLACSO-El Siglo del Hombre, 2007.

MARX, Carlos. **Grundrisse**: elementos fundamentales de la crítica de la Economía Política. México: Ed. Siglo XXI, 1971.

_____. **La ideología alemana**. Uruguay: Ediciones Pueblos Unidos, 1958.

MÉSZÁROS, István. Crise estrutural necessita de mudança estrutural. In: ENCONTRO DE SÃO LÁZARO, 2., 2011, Salvador. **Conferência de abertura**. Salvador: UFBA/ Instituto de Psicologia, 13 jun. 2011. Mimeo.

_____. **El desafío y la carga del tiempo histórico**: el socialismo en el siglo XXI. Buenos Aires: Ed. CLACSO, 2008.

O'DONNELL, Guillermo. Revisando la democracia delegativa. **Información Estratégica**, 27 marzo 2010. Disponible en: <<http://informacionestrategica.wordpress.com/about/>>. Acceso en: 27 maio 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. O avesso do avesso. **Revista Piauí**, São Paulo, n.37, oct. 2009.

OLIVER COSTILLA, Lucio F. El Estado nación en el desarrollo económico. In: CALVA, José Luis (Coord.). **Globalización y bloques económicos**: mitos y realidades. México: UNAM-Ed, 2006. p. 303-320.

_____. Revisitando al Estado: las especificidades del Estado en América Latina. In: OLIVER COSTILLA, Lucio; CASTRO, Teresa. (Coords.). **Poder y política en América Latina**. México: Ed. Siglo XXI-UNAM, 2005. p. 50-86.

_____. **El Estado ampliado en Brasil y México**. México: Ed. UNAM, 2009.

OSORIO, Jaime. Entre la explotación redoblada y la actualidad de la revolución: América Latina hoy. **Revista Argumentos**, México, v. 20, n. 54, p.11-34, mayo/ag. 2007.

PORTANTIERO, Juan Carlos. **Los usos de Gramsci**. México: Folios Eds, 1981.

ZAVALETA, René. **La autodeterminación de las masas**: antología. Colombia: Ed. CLACSO-El Siglo del Hombre, 2009.

Lucio Fernando Oliver Costilla

Diplomata
Doutor em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México
Professor Titular da Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM)
E-mail: oliverbar@hotmail.com

Universidad Nacional Autónoma do México - UNAM
Av Universidad, n. 3000 - Coyoacan – Distrito Federal
CP: 04510